

**GABARITO 01**

**CADERNO DE QUESTÕES**

**TARDE**

**CONSULTOR LEGISLATIVO**

**ÁREA: OBRAS PÚBLICAS, INFRAESTRUTURA E URBANISMO**

**ATENÇÃO**

Sr. candidato,

Verifique se o tipo de gabarito constante em seu cartão-resposta corresponde ao da etiqueta colada na carteira e ao do caderno de questões recebido. Esses números deverão ser idênticos. Qualquer divergência informar, imediatamente, ao fiscal de sala e solicitar a devida correção.

1. A prova terá duração de 4 (quatro) horas, considerando, inclusive, a marcação do **CARTÃO-RESPOSTA**.
2. É de responsabilidade do candidato a conferência deste caderno que contém **60 (sessenta) questões de múltipla escolha**, cada uma com 4 (quatro) alternativas (A,B,C e D), distribuídas da seguinte forma:

CONTEÚDO	QUESTÕES
Atualidades	01 a 10
Legislação Municipal, Processo e Poder Legislativo	11 a 30
Específico da Área de Conhecimento	31 a 60

3. Transcreva a frase abaixo, para o espaço determinado no seu CARTÃO-RESPOSTA, em letra cursiva, com caneta esferográfica de tinta azul ou preta, para posterior exame grafológico.

*As paixões ensinaram a razão aos homens.*

O descumprimento dessa instrução implicará a anulação da sua prova e a sua eliminação do concurso.

4. A prova deverá ser feita, obrigatoriamente, à caneta esferográfica de tinta azul ou preta, fabricada em material transparente, não sendo permitido o uso de lápis, lapiseira e/ou borracha.
5. Durante a prova não será admitida qualquer espécie de consulta ou comunicação entre os candidatos, tampouco será permitido o uso de qualquer tipo de aparelho eletrônico.
6. O candidato somente poderá retirar-se, definitivamente, do recinto de realização da prova, entregando o **CADERNO DE QUESTÕES E O CARTÃO-RESPOSTA devidamente assinado**, após **decorrida 1 (uma) hora do início da prova**. No entanto, **SOMENTE** durante os 30 (trinta) minutos finais de prova será permitido copiar seus assinalamentos do CARTÃO-RESPOSTA, em formulário próprio, a ser distribuído pelo fiscal de sala.
7. Ao terminar a prova o candidato entregará, obrigatoriamente, ao Fiscal de Sala, o seu **CARTÃO-RESPOSTA** e o **CADERNO DE QUESTÕES**, sob pena de exclusão do certame.
8. Os três últimos candidatos deverão permanecer em sala, sendo liberados **somente** quando **todos** tiverem concluído a prova ou o tempo tenha se esgotado, sendo indispensável o registro dos seus nomes e sua assinatura na ata de aplicação de prova.
9. **O FISCAL DE SALA NÃO ESTÁ AUTORIZADO A ALTERAR QUAISQUER DESSAS INSTRUÇÕES.**
10. O gabarito da prova será publicado no Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro - D.O Rio e no Diário Oficial da Câmara Municipal do Rio de Janeiro - D.C.M. no segundo dia útil após a realização das provas, e disponibilizado, também, no site <http://concursos.rio.rj.gov.br>

Boa Prova!

ATUALIDADES

01. “Não há o que lamentar. Não importa em que direção, o mundo se move. Homens e mulheres vão e vêm de todos os lados do planeta, movendo-se literalmente ou através de sua imaginação.

Vamos, então, desmascarar o paradoxo de uma vez. Tudo circula: música, slogans de propaganda, turistas, bits de informação, filiais de indústrias; e, ao mesmo tempo, tudo parece estar coagulado, parado no mesmo lugar, as diferenças entre as pessoas e o estado das coisas atenuando-se cada vez mais”.

[GUATTARI, Félix. A Restauração da Paisagem Urbana. In: *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. Rio de Janeiro: IPHAN, n. 24, p. 293-300, 2006, p. 293]

Para Guattari, o fato que explica este estado de coisas é que:

- (A) os imigrantes se agruparam em guetos
- (B) as diferenças se anularam na proibidade
- (C) os espaços se tornaram estandardizados
- (D) as culturas se mostraram refratárias à diferença

02. “As mudanças climáticas podem matar 80% dos 600 mil pinguins imperiais até 2100, segundo um estudo publicado esta semana na revista *Nature Climate Change*. A maior ameaça às aves vem de alterações na cobertura do gelo no Oceano Antártico, o que afetará a criação dos filhotes e a alimentação da espécie. O ritmo do declínio populacional vai variar de acordo com as colônias, mas todas serão afetadas até o final do século”.

[NA ANTÁRTICA - Clima pode dizimar 80% dos pinguins imperiais. In: *Jornal O GLOBO*. Sociedade, 01/07/2014, p. 28]

Segundo Wagner Costa, em “A Ordem Ambiental Internacional”, a preocupação com a preservação das espécies ameaçadas de extinção, como a citada no texto acima, é uma demonstração de consciência ambiental, respeito à pluralidade de manifestações da vida no planeta e deve estar associada à discussão do seguinte valor:

- (A) genético
- (B) comercial
- (C) extrativista
- (D) humanitário

03. “Mesmo após a aprovação do novo Código Civil, a aplicação dos avanços da Constituição de 1988 encontrava entraves no Código Penal, que datava de 1940. Neste, constava o qualificativo: *mulher honesta*, que definia, para as mulheres o direito de ser, ou não, protegida, em caso de abuso, estupro ou fraude de cunho sexual. As modificações desse código, ocorridas em 2005, acarretaram, entre outras coisas, a retirada desse qualificativo, que, por sua vez, significou mudanças na punição de diversos crimes. [...] Também acabou com o artigo que apenas considerava crime o rapto de *mulher honesta*”.

[PEDRO, Joana. Mulheres. In: PINSK, Jaime (org.). *O Brasil no Contexto*: 1987 - 2007. São Paulo: Contexto, 2007. p. 174-175]

Nesse novo Código Civil, deixou de ser considerada crime a seguinte prática:

- (A) aborto
- (B) adultério
- (C) meretrício
- (D) sadismo

04. “Os islandeses insurgiram-se, tal como pessoas em outros países, contra um setor do capitalismo financeiro especulativo que destruiu os meios de sustento do povo. Mas sua indignação veio da percepção de que as instituições democráticas não representavam os interesses dos cidadãos porque a classe política se tornara uma casta autorreprodutora que favorecia os interesses da elite financeira, assim como a preservação de seu monopólio sobre o Estado”.

[CASTELLS, Manuel. *Redes de Indignação e Esperança*: movimentos sociais na era da Internet. Rio de Janeiro: Zahar, 2013, p. 46]

O fato histórico a que o texto se refere é conhecido como:

- (A) Sexta-Feira da Determinação
- (B) Revolução das Pannels
- (C) Revolta Islâmica
- (D) Debate do Povo

05. A atual Constituição Federal do Brasil estabelece a saúde como um direito universal e um dever constitucional de todas as esferas de governo, sendo o conceito de saúde ampliado e vinculado às políticas sociais e econômicas.

[Adaptado de: PAULLUS Jr, Aylton; CORDONI Jr, Luiz, Políticas Públicas de Saúde no Brasil. In: *Revista Espaço para a Saúde*. Londrina, v.8, n.1, p. 13-19, Dez. 2006, p. 17]

Nesse contexto, a assistência é concebida de forma:

- (A) esporádica e sanitária
- (B) contínua e voluntária
- (C) preventiva e curativa
- (D) alternativa e clínica

06. “Quando a internet alastrou-se no mundo como um ambiente de comunicação confiável, ponto a ponto, bilateral e acessível até mesmo para indivíduos, a partir das suas residências, estabeleceu-se um ambiente global muito mais favorável às organizações em rede do que para as organizações verticais de comando, claro está, que, para sua viabilização, precisamos considerar a democratização do acesso à internet como peça-chave para que a população possa ter a possibilidade de organizar-se de modo horizontal”.

[PRETTO, Nelson, PINTO, Claudio C. Tecnologias e Novas Educações. In: *Revista Brasileira de Educação*. São Paulo: ANPEd, v. 11, n. 31, jan./abr. 2006, p. 20]

Segundo os autores, para que se garanta esse acesso horizontal, não apenas de forma individualizada nas residências, mas com soluções de uso coletivo, aberto a quaisquer pessoas, a seguinte medida é de fundamental importância:

- (A) ampliação do consumo de bens eletrônicos  
(B) expansão da rede de fibra ótica no país  
(C) privatização dos meios de comunicação  
(D) desenvolvimento de políticas públicas
07. “A Adbusters publica *post* no blog criando a *hashtag* #occupywallstreet e convoca um protesto para 17 de setembro, em que “20 mil pessoas inundaram o *Lower Manhattan*. Montaram barracas, cozinhas, barricadas pacíficas e ocuparam *Wall Street* pelo prazo de alguns meses”, exigindo “democracia, não corporocracia”, e afirmando que, a partir de sua “única e simples demanda, uma comissão presidencial para separar o dinheiro da política”, iriam “começar a estabelecer a agenda para uma nova América”.

[CASTELLS, Manuel. *Redes de Indignação e Esperança: movimentos sociais na era da Internet*. Rio de Janeiro: Zahar, 2013, p. 207]

A convocação inicial para esta ocupação teve como pretensão:

- (A) restaurar a democracia tornando o sistema político independente do poder do dinheiro  
(B) anular as medidas parlamentares de ajuda às instituições financeiras norte-americanas  
(C) impedir o *impeachment* do presidente Obama acusado de má gestão governamental  
(D) recuperar a credibilidade do conceito de *self-made man*, típica da cultura americana

08. O processo de internacionalização das economias capitalistas que se convencionou chamar de globalização possui algumas características como a enorme integração dos mercados financeiros mundiais e o crescimento singular do comércio internacional.

[Adaptado de: DUPAS, Gilberto. A Lógica da Economia Global e a Exclusão Social. In: *Revista de Estudos Avançados*. São Paulo, v.12, n.34, set./dec.2006, p.121]

Entre os fatores responsáveis pela viabilização desse processo em países de diferentes continentes, destaca-se a:

- (A) falência das empresas transnacionais  
(B) crise da produção agromanufatureira  
(C) instabilidade da economia mundial  
(D) queda das barreiras protecionistas
09. Entre os novos e distintos fatores que tornaram possível o sucesso das revoltas populares na Tunísia em 2011, por um período prolongado, iniciando o movimento das lutas populares por democracia no mundo muçulmano que ficou conhecido como “Primavera Árabe”, destacaram-se a:
- (A) telefonia e a rede Al Bayan  
(B) internet e a rede Al Jazeera  
(C) juventude e a rede Al-Ahram  
(D) minoria sunita e a rede Avanzi

10. “Na verdade, o hábito herdado de nosso passado colonial do uso privado da coisa pública enraizou-se de tal maneira no Estado e na sociedade brasileiros que a própria ideia clássica de cidadania ganhou entre nós um sentido próprio, marcado pela confusão quase generalizada entre o que é próprio do ambiente doméstico-familiar (amigos inclusos) e aquilo que é específico do Estado”.

[MONDAINI, Marco. Direitos Humanos. In: PINSK, Jaime (org.). *O Brasil no Contexto: 1987 - 2007*. São Paulo: Contexto, 2007, p. 82]

Esse tipo de cidadania, em que as relações de caráter privado se impõem sobre as de caráter público é denominada:

- (A) patrimonialista  
(B) genética  
(C) regulada  
(D) substantiva

**LEGISLAÇÃO MUNICIPAL, PROCESSO E PODER LEGISLATIVO**

11. No Capítulo que trata dos direitos fundamentais, a Lei Orgânica do Município do Rio de Janeiro dispõe expressamente que:
- (A) o município criará formas de incentivo específicos, nos termos da lei, às empresas que apresentem políticas e ações de valorização social da mulher
  - (B) o município assegurará, aos portadores de deficiência, a possibilidade de recebimento de suas contas em braille, com desconto de 20%
  - (C) o município buscará garantir a integridade da fauna, vedada a prática de meios cruéis que violem os direitos fundamentais dos animais
  - (D) o município buscará assegurar o recebimento de bengalas aos portadores de deficiência de baixa renda que necessitarem
12. A Lei Orgânica do Município do Rio de Janeiro veda expressamente ao Município:
- (A) criar ou manter, com recursos públicos, carteiras especiais de assistência social
  - (B) pagar mais de dois proventos de aposentadoria a ocupante de função ou cargo público
  - (C) alienar áreas e bens imóveis sem a aprovação da maioria dos membros da Câmara Municipal
  - (D) alienar bens imóveis sem a aprovação de 1/3, no mínimo, dos membros da Câmara Municipal
13. De acordo com a Lei Orgânica do Município do Rio de Janeiro, é da competência exclusiva da Câmara Municipal:
- (A) decidir sobre a perda de mandato de Vereador, pelo voto secreto de dois terços dos seus membros, nas hipóteses previstas nesta Lei Orgânica
  - (B) fixar a remuneração dos vereadores em cada legislatura, para a subsequente, no primeiro período legislativo ordinário do último ano de cada legislatura
  - (C) representar ao Procurador-Geral de Justiça, mediante aprovação de um terço dos seus membros contra o Prefeito por crime ou ato de improbidade
  - (D) conceder título honorífico a pessoas que tenham reconhecidamente prestado serviços à causa da humanidade, mediante decreto aprovado por dois terços dos membros
14. De acordo com a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, o Município reger-se-á por:
- (A) lei ordinária votada em dois turnos, com interstício mínimo de 5 dias, e aprovada por um terço dos membros da Câmara Municipal, que a promulgará
  - (B) lei orgânica, votada em dois turnos, com interstício mínimo de 15 dias, e aprovada por maioria simples dos membros da Câmara Municipal, que a promulgará
  - (C) lei orgânica, votada em dois turnos, com interstício mínimo de 5 dias, e aprovada por um terço dos membros da Câmara Municipal, que a promulgará
  - (D) lei orgânica, votada em dois turnos, com interstício mínimo de 10 dias, e aprovada por dois terços dos membros da Câmara Municipal, que a promulgará
15. De acordo com a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, é possível afirmar que a Câmara Municipal:
- (A) não gastará mais de sessenta por cento de sua receita com folha de pagamento, incluído o gasto com o subsídio de seus servidores
  - (B) não gastará mais de setenta por cento de sua receita com folha de pagamento, incluído o gasto com o subsídio de seus vereadores
  - (C) não gastará mais de sessenta por cento de sua receita com folha de pagamento, excluído o gasto com o subsídio de seus vereadores
  - (D) não gastará mais de sessenta e cinco por cento de sua receita com folha de pagamento, excluído o gasto com o subsídio de seus servidores
16. Segundo as normas previstas na Constituição da República Federativa do Brasil, se o Presidente da República considerar o projeto de lei no todo ou em parte inconstitucional promoverá:
- (A) a sanção parcial, no prazo de 30 dias, contados da data do recebimento e comunicará, dentro de 3 dias, ao Presidente do Senado Federal os motivos da sanção parcial
  - (B) o veto total, no prazo de 10 dias úteis, contados da data do recebimento e comunicará, dentro de 5 dias úteis, ao Presidente da Câmara dos Deputados os motivos do veto
  - (C) o veto, total ou parcial, no prazo de 15 dias úteis, contados da data do recebimento e comunicará, dentro de 48 horas, ao Presidente do Senado Federal os motivos do veto
  - (D) a sanção, total ou parcial, no prazo de 15 dias, contados da data do recebimento e comunicará, dentro de 24 horas, ao Presidente da Câmara dos Deputados os motivos de eventual veto

17. De acordo com o disposto expressamente na Lei Municipal 94/79 (Estatuto dos Funcionários Públicos do Poder Executivo do Município do Rio de Janeiro), o estágio probatório é:
- (A) o período de dois anos a contar da data da nomeação, durante o qual são apurados os requisitos necessários à confirmação do funcionário no serviço público
  - (B) o período de três anos a contar da data da posse, durante o qual são apurados os requisitos necessários à confirmação do funcionário no serviço público
  - (C) o período de três anos de efetivo exercício, a contar da data do início deste, durante o qual são apurados os requisitos necessários à confirmação do funcionário no serviço público
  - (D) o período de dois anos de efetivo exercício, a contar da data do início deste, durante o qual são apurados os requisitos necessários à confirmação do funcionário no serviço público
18. De acordo com o disposto expressamente na Lei Municipal 94/79 (Estatuto dos Funcionários Públicos do Poder Executivo do Município do Rio de Janeiro), à funcionária gestante será concedida, mediante inspeção médica:
- (A) licença de até 3 meses, sem prejuízo do cargo e do salário
  - (B) licença com vencimento integral, pelo prazo de seis meses
  - (C) licença de até 120 dias, sem prejuízo do cargo e do salário
  - (D) licença com vencimento integral, pelo prazo de cinco meses
19. De acordo com o disposto expressamente na Lei Municipal 94/79 (Estatuto dos Funcionários Públicos do Poder Executivo do Município do Rio de Janeiro), a pena de suspensão é cabível no caso de:
- (A) reincidência em falta já punida com repreensão
  - (B) desobediência ou falta de cumprimento de deveres
  - (C) reincidência de transgressão punível com advertência
  - (D) negligência, imprudência ou imperícia na atividade funcional
20. De acordo com o disposto expressamente na Lei Municipal 207/80 (Código de Administração Financeira e Contabilidade Pública do Município do Rio de Janeiro), o orçamento anual poderá conter dotação global, não especificamente destinada a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para a abertura de créditos adicionais, sob a denominação:
- (A) reserva de contingência
  - (B) crédito extraordinário
  - (C) crédito estratégico
  - (D) reserva adicional
21. De acordo com o disposto expressamente na Lei Municipal 207/80 (Código de Administração Financeira e Contabilidade Pública do Município do Rio de Janeiro), a realização da despesa compreende três fases denominadas:
- (A) arrecadação, execução e pagamento
  - (B) empenho, execução e pagamento
  - (C) empenho, liquidação e pagamento
  - (D) empenho, dotação e liquidação
22. De acordo com o disposto expressamente no Regimento Interno da Câmara Municipal do Rio de Janeiro sobre as comissões permanentes, é possível afirmar que:
- (A) cada vereador deverá participar da constituição de, pelo menos, três comissões permanentes, não podendo, todavia, pertencer a mais de cinco, ficando vedada participação na constituição das mesmas de membros efetivos da mesa diretora
  - (B) cada vereador deverá participar da constituição de, pelo menos, uma comissão permanente, não podendo, todavia, pertencer a mais de quatro, sendo possível a participação na constituição das mesmas de membros efetivos da mesa diretora
  - (C) cada vereador deverá participar da constituição de, pelo menos, uma comissão permanente, não podendo, todavia, pertencer a mais de duas, sendo possível a participação na constituição das mesmas de membros efetivos da mesa diretora
  - (D) cada vereador deverá participar da constituição de, pelo menos, uma comissão permanente, não podendo, todavia, pertencer a mais de três, ficando vedada participação na constituição das mesmas de membros efetivos da mesa diretora
23. De acordo com o disposto expressamente no Regimento Interno da Câmara Municipal do Rio de Janeiro, a Comissão de Defesa da Mulher será ocupada:
- (A) prioritariamente pelas vereadoras que integram a Câmara Municipal do Rio de Janeiro
  - (B) exclusivamente pelas vereadoras que integram a Câmara Municipal do Rio de Janeiro
  - (C) prioritariamente por mulheres comuns vítimas de violência doméstica
  - (D) preferencialmente por mulheres com notável conhecimento de causa
24. De acordo com o disposto expressamente no Regimento Interno da Câmara Municipal do Rio de Janeiro, o processo simbólico de votação consiste na:
- (A) simples apuração dos votos favoráveis, contrários, em branco ou nulos, com consignação expressa do nome e do voto de cada vereador e será realizado nos casos em que seja exigido quórum especial de votação ou quando solicitada a verificação nominal de matérias de maioria simples
  - (B) simples apuração dos votos favoráveis, contrários ou nulos, com consignação expressa do nome e do voto de cada vereador e será realizado nos casos em que seja exigido quórum simples de votação ou quando solicitada a verificação nominal simbólica de matérias de maioria simples
  - (C) simples contagem de votos favoráveis e contrários, que será efetuada pelo Presidente, convidando os vereadores que estiverem de acordo a permanecerem sentados e os que forem contrários a se levantarem e procedendo, em seguida, à necessária contagem e proclamação do resultado
  - (D) simples votação por arrastamento que será efetuada pelo vereador mais antigo, convidando os vereadores que estiverem de acordo a permanecerem sentados e os que forem contrários a se levantarem e procedendo, em seguida, à necessária contagem e proclamação do resultado

- 25.** De acordo com as disposições expressas da Lei Orgânica do Município do Rio de Janeiro, a soberania popular se manifesta quando a todos são asseguradas condições dignas de existência e será exercida:
- (A) pela ação fiscalizadora sobre a administração e pelo controle do voto, dentre outros
  - (B) pela participação nas decisões do Município e pelas políticas públicas, dentre outros
  - (C) pela iniciativa popular, pelo plebiscito e referendo e pelas políticas públicas, dentre outros
  - (D) pelo voto direto e secreto com valor igual para todos e pelo sufrágio universal, dentre outros
- 26.** De acordo com a Lei Orgânica do Município do Rio de Janeiro, a Câmara Municipal tem sede no:
- (A) Palácio Marcelo Alencar
  - (B) Palácio Pedro Ernesto
  - (C) Palácio Guanabara
  - (D) Palácio Tiradentes
- 27.** De acordo com a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, é possível afirmar que:
- (A) em Municípios de cem mil e um a trezentos mil habitantes, o subsídio máximo dos vereadores corresponderá a quarenta por cento do subsídio dos prefeitos
  - (B) em Municípios de trezentos mil e um a quinhentos mil eleitores, o subsídio máximo dos Vereadores corresponderá a setenta por cento do subsídio dos prefeitos
  - (C) em Municípios de cinquenta mil e um a cem mil habitantes, o subsídio máximo dos vereadores corresponderá a quarenta por cento do subsídio dos deputados estaduais
  - (D) em Municípios de mais de quinhentos mil eleitores, o subsídio máximo dos vereadores corresponderá a sessenta e cinco por cento do subsídio dos deputados estaduais
- 28.** De acordo com o disposto expressamente na Lei Municipal 94/79 (Estatuto dos Funcionários Públicos do Poder Executivo do Município do Rio de Janeiro), a falta sujeita às penas de advertência, repreensão, multa ou suspensão prescreverá em:
- (A) dois anos
  - (B) três anos
  - (C) quatro anos
  - (D) cinco anos
- 29.** A Lei Municipal 207/80 (Código de Administração Financeira e Contabilidade Pública do Município do Rio de Janeiro), no capítulo que trata dos contratos administrativos, estabelece expressamente que:
- (A) os contratos não poderão ter vigência indeterminada, admitida, porém, a sua prorrogação pelo período de doze meses, mediante termo aditivo, salvo disposição contrária de lei especial
  - (B) os contratos poderão ter vigência indeterminada ou determinada, admitida sua negociação em caráter temporário, por período não inferior a noventa dias, salvo disposição contrária de lei
  - (C) os contratos poderão ter vigência indeterminada, admitida sua negociação em caráter temporário, por período não inferior a quarenta e cinco dias, salvo disposição contrária de lei
  - (D) os contratos não poderão ter vigência indeterminada, admitida, porém, a sua prorrogação por igual período, mediante termo aditivo, salvo disposição contrária de lei especial
- 30.** De acordo com o disposto expressamente no Regimento Interno da Câmara Municipal do Rio de Janeiro, é possível afirmar que os projetos de lei de iniciativa da Câmara Municipal:
- (A) quando aprovados e sancionados, deverão ser renovados em sessão especial, salvo se representados com apoio, no mínimo, da maioria dos vereadores presentes
  - (B) quando rejeitados ou não sancionados, só poderão ser renovados em sessão especial, salvo se representados com apoio, no mínimo, de três quintos dos vereadores
  - (C) quando aprovados e sancionados, deverão ser renovados em outra sessão legislativa, salvo se representados com apoio, no mínimo, da maioria absoluta dos vereadores
  - (D) quando rejeitados ou não sancionados, só poderão ser renovados em outra sessão legislativa, salvo se representados com apoio, no mínimo, da maioria absoluta dos vereadores

**ESPECÍFICO DA ÁREA DE CONHECIMENTO: OBRAS PÚBLICAS, INFRAESTRUTURA E URBANISMO**

31. A Política Nacional de Proteção e Defesa Civil – PNPDEC (Lei nº 12.608 de 10 de abril de 2012, e suas atualizações) estabelece a competência dos entes federados, dentre as quais estão:
- I – promover a fiscalização das áreas de risco de desastre e vedar novas ocupações nessas áreas;
  - II – proceder à avaliação de danos e prejuízos das áreas atingidas por desastres;
  - III - promover a coleta, a distribuição e o controle de suprimentos em situações de desastre;
  - IV - apoiar a comunidade docente no desenvolvimento de material didático-pedagógico relacionado ao desenvolvimento da cultura de prevenção de desastres.
- São atribuídas aos Municípios apenas as competências:
- (A) I e IV
  - (B) II e III
  - (C) I, II e III
  - (D) I, III e IV
32. A Lei (Federal) nº 12.340, de 1º de dezembro de 2010, incluídas suas atualizações, dispõe, dentre outros itens, sobre as transferências de recursos da União aos órgãos e entidades dos Estados, Distrito Federal e Municípios para a execução de ações de prevenção em áreas de risco de desastres, de resposta e de recuperação em áreas atingidas por desastres. De acordo com essa lei, cabe ao Governo Federal instituir cadastro nacional de municípios com áreas suscetíveis à ocorrência de deslizamentos de grande impacto, inundações bruscas ou processos geológicos ou hidrológicos correlatos, conforme regulamento. Os Municípios incluídos no cadastro deverão, dentre outras atribuições, elaborar o:
- (A) Plano Contra Enchentes e Deslizamentos
  - (B) Manual de Proteção e Defesa Civil
  - (C) Roteiro de Ações Emergenciais
  - (D) Plano de Contingência de Proteção e Defesa Civil
33. Um consultor está analisando uma proposta do Município do Rio de Janeiro para uma Parceria Público-Privada – PPP, cujo valor é de R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais). Com relação ao valor envolvido, o profissional explicou que, de acordo com a legislação vigente, essa PPP:
- (A) não pode ser realizada, pois o valor mínimo é de R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais)
  - (B) não pode ser realizada, pois o valor mínimo é de R\$ 40.000.000,00 (quarenta milhões de reais)
  - (C) pode ser realizada, pois o valor máximo é de R\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais)
  - (D) pode ser realizada, pois o valor máximo é de R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais)
34. Os contratos de Parceria Público-Privada devem ser precedidos de processo licitatório na modalidade:
- (A) tomada de preço
  - (B) concorrência
  - (C) convite
  - (D) leilão
35. Analisando-se o projeto de disposição de vagas para estacionamento de uma edificação de uso público, observou-se a demarcação de 150 vagas, nenhuma das quais, porém, reservada para deficientes. Consultando o Decreto (Federal) nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004, constata-se que, para esse total de vagas, o número mínimo das exclusivas para deficientes é:
- (A) 1
  - (B) 2
  - (C) 3
  - (D) 4
36. A Política Nacional de Mobilidade Urbana, instituída pela Lei Federal nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012 e suas atualizações, tem como uma de suas diretrizes a:
- (A) prioridade dos modos de transporte motorizados sobre os não motorizados
  - (B) prioridade dos serviços de transporte individual motorizado sobre os de transporte público coletivo
  - (C) garantia do desenvolvimento urbano, estimulando o transporte de cargas nas regiões de maior densidade populacional
  - (D) mitigação dos custos ambientais, sociais e econômicos dos deslocamentos de pessoas e cargas na cidade
37. Três municípios gostariam de elaborar um plano de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos e, posteriormente, proceder à concessão dos serviços a uma empresa. Consultando a legislação vigente, constata-se que esse tipo de prestação de serviço está previsto na Lei (Federal) nº 11.445, de 5 de janeiro, incluídas suas atualizações, e é denominado prestação:
- (A) regionalizada
  - (B) global
  - (C) múltipla
  - (D) universal
38. A Lei (Federal) nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, incluídas suas atualizações, dispõe sobre o parcelamento do solo urbano. De acordo com essa Lei, a subdivisão de uma gleba em lotes destinados a edificação, com aproveitamento do sistema viário existente, que não implique a abertura de novas vias e logradouros públicos, nem o prolongamento, modificação ou ampliação dos já existentes é denominada:
- (A) loteamento
  - (B) desmembramento
  - (C) arruamento
  - (D) parqueamento

39. Em uma discussão sobre a possibilidade de aumento do prazo para averbação, junto ao Registro de Imóveis competente, de projeto aprovado de loteamento, conforme estabelecido na Resolução SMU nº 728 de 10 de julho de 2007, da Secretaria Municipal de Urbanismo do Município do Rio de Janeiro, um consultor lembrou que esse prazo não pode ser superior ao estabelecido na Lei (Federal) nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979 e suas atualizações, ou seja, não pode ser superior a:
- (A) 60 dias
  - (B) 90 dias
  - (C) 120 dias
  - (D) 180 dias
40. Procurando inteirar-se dos prazos para as obras de urbanização referentes a determinado projeto de parcelamento, um consultor verificou que, de acordo com a Resolução SMU nº 728 de 10 de julho de 2007, da Secretaria Municipal de Urbanismo do Município do Rio de Janeiro, a licença para execução dessas obras prevê um prazo máximo de:
- (A) 12 meses, prorrogáveis por igual período mediante análise da justificativa apresentada
  - (B) 24 meses, prorrogáveis por igual período mediante análise da justificativa apresentada
  - (C) 24 meses, sem direito a prorrogação
  - (D) 12 meses, sem direito a prorrogação
41. Para elaborar um projeto de loteamento no Município do Rio de Janeiro, é preciso verificar as medidas dos lotes. De acordo com Regulamento de Parcelamento da Terra, parte integrante do Decreto "E" nº 3.800, de 20 de abril de 1970 e suas atualizações, a menor área permitida para um lote é:
- (A) 250,00 m<sup>2</sup>
  - (B) 180,00 m<sup>2</sup>
  - (C) 120,00 m<sup>2</sup>
  - (D) 80,00 m<sup>2</sup>
42. De acordo com o Estatuto da Cidade, as normas gerais de direito urbanístico são de competência, apenas:
- (A) da União
  - (B) dos Estados
  - (C) dos Municípios
  - (D) dos Estados e dos Municípios
43. Um consultor está estudando um problema classificado como Impacto Ambiental Regional. Consultando a Resolução nº 237 de 19 de dezembro de 1997 e suas atualizações, do Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA, o profissional verificou que é considerado Impacto Ambiental Regional todo e qualquer impacto ambiental que afete diretamente (área de influência direta do projeto), no todo ou em parte:
- (A) o território de, pelo menos, três Estados
  - (B) mais de 50 % do território de um Estado
  - (C) o território de todos os Estados de uma das regiões do país
  - (D) o território de dois ou mais Estados
44. Para os efeitos da Lei (Federal) nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007 e suas atualizações, faz parte do saneamento básico o conjunto de serviços, infraestrutura e instalações operacionais de abastecimento de:
- (A) água potável, até as ligações prediais, excluindo-se a captação
  - (B) água potável, desde a captação até as ligações prediais
  - (C) água, no que se refere ao tratamento e excluindo-se a captação e a distribuição
  - (D) água, no que se refere a captação e tratamento, excluindo-se a distribuição
45. Na Lei (Municipal) nº 4.969, de 3 de dezembro de 2008, um dos instrumentos da gestão integrada dos resíduos sólidos trata das considerações das consequências dos impactos ambientais causados à saúde humana e à qualidade ambiental, decorrentes da produção e consumo, desde sua concepção, obtenção de matérias-primas e insumos, até seu consumo e destinação final. Trata-se:
- (A) do gerenciamento integrado dos resíduos sólidos
  - (B) da avaliação do ciclo de vida do produto
  - (C) da logística reversa
  - (D) do consumo sustentável
46. Indagado sobre o prazo de revisão do Plano Diretor, um consultor respondeu que, de acordo com o Estatuto da Cidade (Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001 e suas atualizações), a lei que institui o plano diretor deve ser revista, pelo menos, a cada:
- (A) 2 anos
  - (B) 5 anos
  - (C) 10 anos
  - (D) 20 anos



47. Verificando a reivindicação de posse de terrenos por parte de alguns cidadãos mediante o instituto jurídico de usucapião especial de imóvel urbano, um consultor explicou que, dentre outras exigências legais estabelecidas no Estatuto da Cidade, os lotes não poderiam ter área, em metros quadrados, superior a:
- (A) 100  
(B) 150  
(C) 250  
(D) 400
48. O Plano Diretor do Município do Rio de Janeiro (Lei Complementar nº 111, de 1º de fevereiro de 2011), estabeleceu a subdivisão do Município em Macrozonas de Ocupação. De acordo com esse Plano, a macrozona “onde o adensamento populacional, a intensidade construtiva e a instalação das atividades econômicas serão restringidos de acordo com a capacidade das redes de infraestrutura e subordinados à proteção ambiental e paisagística, podendo ser progressivamente ampliados com o aporte de recursos privados” é classificada como Macrozona de Ocupação:
- (A) Condicionada  
(B) Assistida  
(C) Controlada  
(D) Incentivada
49. Um dos instrumentos de regulação do uso e ocupação do solo no Município do Rio de Janeiro define o limite de construção permitido. Assim, de acordo com o Plano Diretor (Lei Complementar nº 111, de 1º de fevereiro de 2011), para o cálculo da Área Total Edificável - ATE, deve ser considerado:
- (A) o Índice de Ocupação do Bairro  
(B) o Índice de Aproveitamento de Terreno  
(C) a Taxa de Densidade Local  
(D) a Taxa de Altura Máxima
50. Estudando a legislação sobre regularização fundiária em Áreas de Preservação Permanente, um consultor observou que o Município poderá admitir tal regularização caso, dentre outras exigências, se trate de regularização fundiária de interesse:
- (A) social, com assentamento superior a dois anos  
(B) específico, em área rural  
(C) específico, com assentamento superior a dois anos  
(D) social, em área urbana consolidada

51. Oito municípios, pertencentes a três estados, conforme quadro a seguir, desejam, em função de um objetivo comum, formar um consórcio público:

Estado	Município (s)
E 1	M1, M2, M3
E 2	M4
E 3	M5, M6, M7, M8

Segundo a Lei nº 11.107, de 6 de abril de 2005 e suas atualizações, para que a União participe desse consórcio público, é preciso que

- (A) o município M4 abra mão de participar  
(B) seja feita solicitação por parte de metade dos municípios, independentemente dos estados  
(C) os estados E1, E2 e E3 também façam parte  
(D) seja feita solicitação por, pelo menos, um município de cada estado
52. É uma das diretrizes da Política Nacional de Proteção e Defesa Civil – PNPDEC, a:
- (A) identificação das bacias hidrográficas com risco de ocorrência de desastres  
(B) criação de linha de crédito específica, para os casos de situação de emergência ou o estado de calamidade pública  
(C) elaboração de normas para a implementação da referida PNPDEC  
(D) prioridade às ações preventivas relacionadas à minimização de desastres
53. Uma concessão que apresente um contrato de prestação de serviços no qual a Administração Pública é usuária direta ou indireta, ainda que envolva execução de obra ou fornecimento e instalação de bens, é caracterizada como uma concessão da modalidade:
- (A) administrativa  
(B) patrocinada  
(C) compartilhada  
(D) distributiva
54. Acompanhando as obras para acessibilidade em um prédio público, um consultor, pesquisando a legislação vigente, verificou que, de acordo com a NBR 9050: 2004 (Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos) da Associação Brasileira de Normas Técnicas, junto à porta dos elevadores deve ser fixada sinalização tátil de alerta. Trata-se de elemento de textura, formado por um conjunto de relevos tronco-cônicos com dimensões estabelecidas na norma. No caso dos elevadores, essa sinalização deve ser instalada:
- (A) no piso, perpendicular à porta  
(B) no piso, paralela à porta  
(C) na parede lateral direita, junto à botoeira  
(D) na parede lateral esquerda, abaixo da botoeira

55. Estudando o Regulamento de Parcelamento da Terra do Município do Rio de Janeiro, parte integrante do Decreto "E" nº 3.800, de 20 de abril de 1970 e suas atualizações, na seção referente à abertura de logradouro, estão estabelecidas as medidas mínimas de largura, caixa de rolamento e de calçadas. Quanto às calçadas, esse Regulamento estabelece que terão os passeios da mesma largura, não podendo ser inferiores a:
- (A) 1,00 m
  - (B) 1,50 m
  - (C) 2,00 m
  - (D) 2,50 m
56. A Resolução Conjunta SMU/SMAC nº 05, de 17 de fevereiro de 1998, dispõe sobre procedimentos a serem adotados no licenciamento de projetos de loteamento, construção, ampliação, instalação e funcionamento de atividades que possam causar danos ao meio ambiente. Essa Resolução estabelece que os licenciamentos de edificações situadas no interior de Unidades de Conservação Ambiental serão submetidos à Secretaria Municipal de Meio Ambiente - SMAC independente do porte e/ou uso da atividade. Prevê, todavia, algumas exceções, desde que os empreendimentos atendam a determinadas condições, entre as quais a manutenção de um percentual mínimo da área livre do lote em condições de permeabilidade. Esse percentual mínimo é de:
- (A) 10%
  - (B) 25%
  - (C) 50%
  - (D) 80%
57. Para os fins previstos na Lei (Federal) nº 6.938, de 31 de agosto de 1981 e suas atualizações, o conjunto de condições, leis, influências e interações de ordem física, química e biológica, que permite, abriga e rege a vida em todas as suas formas, caracteriza o que se denomina
- (A) proteção dos ecossistemas
  - (B) zoneamento das atividades potencialmente poluidoras
  - (C) controle das atividades efetivamente poluidoras
  - (D) meio ambiente
58. A Lei (Federal) nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, incluídas suas atualizações, estabelece as diretrizes nacionais para o saneamento básico. Com relação aos aspectos técnicos, essa lei determina que os parâmetros mínimos para a potabilidade da água são definidos:
- (A) pela União
  - (B) pelos Estados
  - (C) pelos Municípios
  - (D) pelos Estados e Municípios, em conjunto
59. A Lei (Federal) nº 10.257, de 10 de julho de 2001, incluídas suas atualizações, que regulamenta os artigos 182 e 183 da Constituição Federal, apresenta o Plano Diretor como um dos instrumentos legais da política urbana. Segundo essa lei, esse Plano é de competência:
- (A) dos Estados
  - (B) da União
  - (C) dos Municípios, desde que aprovados pelo Estado no qual se localiza
  - (D) dos Municípios
60. O estudo prévio do impacto de vizinhança – EIV está previsto no Estatuto da Cidade (Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001 e suas atualizações). De acordo com essa lei, o EIV, a ser regulamentado por legislação municipal, se aplica:
- (A) a empreendimentos e atividades privados ou públicos em áreas rurais
  - (B) apenas a empreendimentos privados em áreas rurais
  - (C) apenas a atividades privadas em áreas urbanas
  - (D) a empreendimentos e atividades privados ou públicos em áreas urbanas